

PREPONA SISTEMAS DE TESTAGEM E AVALIAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 04.007.427/0001-72 - NIRE nº 3330026654-2

Relatório da Diretoria

Apresentamos aos Srs. acionistas o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2025 e 2024. Rio de Janeiro, 27/02/2026. A Diretoria.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2025			Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025 (Em milhares de Reais - R\$ mil)			Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025 (Em milhares de Reais - R\$ mil)		
Ativo	2025	2024	Notas	2025	2024	2025	2024	2024
Circulante	6.515	7.257						
Caixa equivalentes de caixa	5	6.146		14.961	12.387			
Contas a receber de clientes	6	250		(1.267)	(1.049)			
Impostos a recuperar	7	95		17	11.338			
Adiantamento a fornecedores		1		18	(3.510)			
Despesas antecipadas	8	24		10.184	8.050			
Não circulante	4.329	4.548						
Depósitos Judiciais	9	200		19	(3.471)			
Imobilizado	10	235		20	(82)			
Intangível	11	3.894		6.631	4.960			
Total do ativo	10.844	11.805						
Passivo e patrimônio líquido	2.587	1.814						
Circulante	2.587	1.814						
Fornecedores	12	53		21	586			
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	99		22	(1.806)			
Obrigações tributárias	14	811			5.411			
Outras contas a pagar	15	1.623			4.040			
Patrimônio líquido	8.257	9.991						
Capital social	16	6.635			5.411			
Reservas de lucro		1.622			4.040			
Total do passivo e do patrimônio líquido	10.844	11.805						

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025 (Em milhares de Reais - R\$ mil)			Capital Social			Reserva de Lucro			Reservas de Capital			Lucros/Prejuízos Acumulados		
	2025	2024		2025	2024		2025	2024		2025	2024		2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.635	466		1.528	201									
Lucro líquido do exercício	-	-		-	-		4.040	4.040						
Reserva legal	-	202		(202)	(0)									
Reserva de lucro	-	-		960	-		(960)	(0)						
Plano de ações	-	-		-	-		-	-						
Distribuição de lucros - 25%	-	-		-	(960)		(960)	(960)						
Distribuição de lucros - adicional	-	-		-	(1.919)		(1.919)	(1.919)						
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.635	668		2.487	201									
Lucro líquido do exercício	-	-		-	-		5.411	5.411						
Reserva legal	-	271		-	-		(1.285)	(1.285)						
Reserva de lucro	-	-		-	-		-	-						
Plano de ações	-	-		-	-		-	-						
Distribuição de lucros - 25%	-	-		-	(1.285)		(1.285)	(1.285)						
Distribuição de lucros - adicional	-	-		-	(2.006)		(2.569)	(4.575)						
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.635	938		482	201									

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional. Há mais de 25 anos a Prepona atua no segmento de testes digitais, especificamente em certificação de pessoas, preparando e entregando exames em centros de testes ou remotamente, nas residências dos candidatos ou em locais pré-definidos pelos órgãos certificadores, em dispositivos móveis e PCs. As soluções da Prepona trazem facilidades para candidatos e aplicadores de testes, e, ao mesmo tempo, resolvem problemas de conectividade, acessibilidade e segurança, com uma ótima plataforma de supervisão (fiscalização) local e remota, oferecendo uma experiência de teste perfeita, do início ao fim do processo. Atendendo a mercados com os mais altos requisitos profissionais: **Final Services, Real Estate, Insurance, Healthcare, Banking, Education, Corporate, Government, Energy.** A Prepona atende com excelência e liderança aos mercados de Serviços Financeiros e Bancários, com oportunidade de crescimento expressiva nos demais segmentos, disponibilizando mais de 150 testes e certificações de alto risco. Apoiada e reconhecida por instituições de referência, a Prepona mantém seu posicionamento no mercado e alinhamento às mais modernas técnicas e processos de avaliação. O mercado total de avaliação cresce historicamente a uma taxa anual de 5%, com os países em desenvolvimento mostrando uma oportunidade de crescimento maior. **2. Apresentação das demonstrações contábeis.** 2.1. **Base de apresentação das demonstrações contábeis.** A Prepona adota as práticas contábeis aplicáveis no Brasil estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas devidas alterações (Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09). As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos de Contabilidade (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme adotados no Brasil pela aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Diretoria julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativas foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas na Nota Explicativa nº 3. A autorização de emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada na reunião da Diretoria ocorrida em 27 de fevereiro de 2026. **3. Políticas contábeis materiais.** As políticas contábeis materiais adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: **3.1. Moeda funcional e de apresentação.** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Caixa e equivalente caixa.** Na Rubrica "caixa e equivalentes de caixa", estão registrados os saldos do fundo fixo, banco conta movimento. Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor. **3.3. Contas a receber de clientes.** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. Os cálculos do ajuste ao valor presente não são relevantes para a avaliação em razão do curtíssimo prazo de liquidação das duplicatas a receber. Portanto, não houve contabilização de ajuste a valor presente (AVP). **3.4. Despesas antecipadas.** As despesas do exercício seguinte, compostas por prêmios de seguros a apropriar, custos de projetos diferidos e assistência médica e odontológica, que são avaliados ao custo, que são reconhecidas ao resultado de acordo com os respectivos prazos de vigências. **3.5. Ativos e passivos circulantes e não circulantes.** Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, se aplicável, os rendimentos, encargos e variações monetárias correspondentes. A apropriação dos rendimentos e encargos mensais pactuados é calculada pelo método linear. Os rendimentos ou encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação das operações são apropriados dentro do próprio mês, "pro rata dia". A Diretoria da Companhia não identificou a necessidade de constituição de Ajuste a Valor Presente (AVP) de seus ativos e passivos conforme previsto no CPC 12 (R1). **3.6. Ativo intangível.** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida estimável. **3.7. Ativo imobilizado.** O ativo imobilizado está registrado ao custo histórico, deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear e contabilizadas como despesa operacional, em função da utilização do bem. A Diretoria da Companhia não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado, conforme previsto no CPC 01 (R1). **3.8. Contas a pagar.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.9. Provisões.** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a) Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; e b) provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação seja baixa, desde que o valor presente líquido do bem seja maior que o valor presente líquido das obrigações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente.** Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Diretoria avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base no lucro presumido nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido. **3.11. Reconhecimento da receita.** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a mesma. **a. Receitas de Serviços.** A Companhia presta serviços de elaboração e aplicação de testes para avaliação de capacidade e certificação de pessoas e de aprendizado, de interesse do público em geral. As receitas de serviços são reconhecidas sempre que o serviço é finali-

zado e a parte da contraprestação do serviço, o cliente, reconhece a finalização dos mesmos. **b. Receita/(despesa) financeiras.** As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.12. Adoção de pronunciamentos e interpretações do CPC e IFRS (novos e revisados) aplicados pela primeira vez em 2024.** No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board - IASB*) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Norma ou interpretação Descrição

Alterações IAS 21/ Divulgações nas Demonstrações Contábeis 01/01/2025

IFRS 18 - substituição Apresentação e Divulgação nas IAS 1/CPC 26 R1 Demonstrações Financeiras 01/01/2025

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Norma ou interpretação Descrição

Alterações na IFRS 7/ Classificação e mensuração de instrumentos financeiros 01/01/2026

CPC40(R1)/IFRS9/CPC48 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública 01/01/2027

Atualmente, a Diretoria está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações contábeis. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Diretoria não espera impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis. A Entidade avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado nas notas explicativas nº6 sobre PECLD de contas a receber, nº7 tributos a recuperar, nº10 vida útil do ativo imobilizado e nº 28 sobre provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. A Entidade atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026. A Entidade mantém controle dos termos de benefícios fiscais e tem ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação. A Entidade reconhece a obrigatoriedade de entregar a DREFO, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções. A Entidade não tem IR Diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias, não tem ágio de combinação de negócios e nem outros intangíveis com vida útil indeterminada cujas premissas teriam impacto das alterações trazidas pela LC 214/2025 e LC 224/2025 nas projeções para teste de realização dos referidos ativos. A Entidade não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros. **4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas.** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a. Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD).** As perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber. **b. Provisão para contingências.** A Diretoria da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhista, cível e fiscal. **5. Caixa e equivalentes de caixa**

	2025	2024
Caixa	1	1
Banco conta movimento/aplicação financeira	6.145	6.907
	6.146	6.908

A Prepona concentra 100% de sua movimentação financeira no Itau e as aplicações ficam restritas a fundos DI, CDBs do próprio banco e ao Itau Kinea, com classificação de risco baixo.

6. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Clientes nacionais	250	255
	250	255

A composição da Rubrica "contas a receber de clientes por vencimento" é a seguinte:

Período

Clientes nacionais

A vencer

Vencido Até 30 dias

Vencido Até 60 dias

Vencido Até 90 dias

Vencido Até 180 dias

Vencido Até 360 dias

Vencido Superior a 360 dias



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>

PREPONA SISTEMAS DE TESTAGEM E AVALIAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 04.007.427/0001-72 - NIRE nº 3330026654-2

paração com as vigentes no mercado. **23.2. Fatores de risco financeiro.** A Prepona tem como política não assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles e riscos. A Prepona não realizou operações com derivativos no exercício. De acordo com suas políticas financeiras, a Prepona não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **24. Gestão de capital.** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. **25. Cobertura de seguros (não auditado).** A Companhia adota uma política de seguros que consideram principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. **26. Estimativa do valor justo.** A Companhia utiliza técnicas de avaliação que buscam maximizar o uso de entradas observáveis e minimiza o uso de dados não observáveis. A Companhia determina o valor justo com base em premissas que os participantes do mercado usariam na precificação de um ativo ou passivo

no principal ou no mais vantajoso mercado daquele ativo. Ao considerar premissas dos participantes do mercado na mensuração do valor justo, a seguinte hierarquia de valor justo distingue entre dados observáveis e não observáveis, que são classificados em um dos seguintes níveis: **■ Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; **■ Nível 2** – Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **■ Nível 3** – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado. **Aplicações financeiras.** Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato. **Contas a receber e fornecedores.** Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas. A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

Caixa equivalentes de caixa
Contas a receber de clientes
Fornecedores
Outras contas a pagar

Categoria	2025	2024
Custo amortizado	6.146	6.908
Custo amortizado	250	255
Custo amortizado	53	40
Custo amortizado	1.623	1.074
	<u>8.072</u>	<u>8.277</u>

27. Transações com pessoal-chave. A Companhia considera como pessoas-chave da Administração os membros da Diretoria executiva e outros executivos que

possuem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, em 31 de dezembro de 2025, e somaram o montante de R\$ 2.331 (R\$ 2.440 em 2024). No exercício de 2024 e 2023, não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho, tampouco remuneração baseada em ações. **28. Provisões judiciais.** A Companhia é parte integrante de processos de naturezas fiscal, trabalhista e cível. Com base na análise individual destes processos, tendo como base a opinião de seus advogados externos, foi identificado que a Companhia possui processo de natureza tributária, no qual figura no polo ativo, classificado como possível. O valor da causa totalizava R\$ 500 em outubro de 2019, o qual não representa o valor efetivamente envolvido na demanda que, se encerrada de forma favorável à Companhia, ocasionará o direito à compensação dos valores indevidamente recolhidos a partir dos 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação e ao levantamento dos depósitos judiciais realizados nos autos que totalizam R\$ 162 em dezembro de 2025. Para essa ação, não foi registrada qualquer provisão. **29. Eventos subsequentes.** A Diretoria avalia a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis. Não ocorreram eventos, exceto mencionado a seguir, compreendendo a data das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação que devessem ser ajustados ou divulgados.

Flávio José Chermont Vieira - Diretor Financeiro e Administrativo
Marco Tyler-Williams - Diretor Superintendente
Rafael Atalla Moreira CRC RJ 115.927/O-4 - Contador

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretoria da Prepona Sistemas de Testagem e Avaliação S.A. - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Prepona Sistemas de Testagem e Avaliação S.A., ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prepona Sistemas de Testagem e Avaliação S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis.** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas

Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2026.

IBDO BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/F
Patricia Hanzelmann Quinelatto - Contadora - CRC RJ 090716/0-3



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>